

COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 11710/2023

Objeto: Prestação de serviço de análise físico químico e exames bacteriológicos de água.

Rua 239, nº 206, Setor Universitário – Goiânia/GO, CEP 74.605-070

A ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO CÂNCER EM GOIÁS, pessoa jurídica de Direito Privado, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 01.585.595/0001-57, com sede na Rua 239, n. 206, Setor Universitário, Goiânia-GO, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu presidente, Dr. Jales Benevides Santana Filho, torna público para o conhecimento de quem interessar possa que receberá propostas para **prestação de serviço de análise físico químico e exames bacteriológicos de água pelo período de 12 meses**, em conformidade com os termos da presente Cotação e seus anexos.

I – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1.1. Trata-se a presente Cotação de procedimento próprio para contratação de serviço, realizado por pessoa jurídica de direito privado, **sem qualquer vinculação com a lei nº 8.666/93 (Lei de licitações)**, sujeitando-se, exclusivamente as normas de compras da ACCG.

II – DA RECEITA

2.1. As despesas de contratação e execução do objeto desta Cotação correrão por conta das receitas provenientes de verba própria.

III – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto da presente Cotação para prestação de serviços de análise físico químico e exames bacteriológicos de água pelo período de 12 meses, em conformidade com os termos da presente Cotação e seu anexo.

IV – GENERALIDADES

4.1. A Cotação e seus anexos estarão disponíveis aos interessados no endereço eletrônico www.accg.org.br ou no Setor de Compras da ACCG.

4.2. As solicitações de esclarecimento acerca do conteúdo e especificações da Cotação deverão ser dirigidas por escrito ao Setor de Compras, pelo endereço eletrônico manutencao_compras@accg.org.br **até o dia 10/09/2023.**

4.2.1. As propostas deverão observar todos os dispositivos da presente Cotação e seu anexo.

4.3. As divergências entre a proposta e o que estabelecem as condições descritas nos anexos deverão ser anotadas com destaque na proposta, com a respectiva justificativa, sob pena de desclassificação, cujo acatamento dependerá de prévia autorização da ACCG.

6.2. Data final para envio das propostas dia 15/09/2023.

6.3.1. As propostas recebidas após o dia indicado no item 6.2. não serão aceitas.

6.3.2. Recebido todas as propostas, os conteúdos serão analisados.

VII – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. Para a habilitação as empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

7.1 Habilitação Jurídica

7.1.2 Habilitação Fiscal e Trabalhista

7.1.3 Habilitação de terceirizados

7.1.2.1 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, regular;

7.1.2.2 Prova de Regularidade Fiscal concernente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por meio de “Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil -SRFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN;

7.1.2.3 Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual de Goiás, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

7.1.2.4 Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal da Sede do proponente, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

7.1.2.5 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei no 8.036, de 11/05/90), através da apresentação do CRC - Certificado da Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.1.2.6 Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho.

7.1.2.7 Todas as certidões que não trouxerem gravado o prazo de validade serão aceitas com 60 (sessenta) dias contados da data da sua expedição.

7.1.2.8 Comprovante de consulta no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) do fornecedor que apresentar a melhor proposta.

7.1.3.1 PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, pertinentes à atividade executada.

7.1.3.2 GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, pertinentes à atividades a ser executada.

7.1.3.3 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, com base no PPRA supracitado.

7.1.3.4 SESMT – Serviço Especializado em Engenharia e Medicina no Trabalho. Empresas que executarem atividades com risco grau 2 ou 3 já devem disponibilizar um técnico de segurança do trabalho durante a execução do serviço se possuírem mais de 15 empregados no quadro, e o restante das empresas devem atender a NR-04 quadro II do decreto

3.214/78.

7.1.3.5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, para todas as empresas que constituir valor menor ou igual a 19 empregados, apenas indicado pelo empregador, igual ou acima de 20 empregados deverá realizar e/ou apresentar as documentações e o processo eleitoral.

7.1.3.6 ASO – Atestado de Saúde Ocupacional, dos funcionários da empresa terceirizada que prestará serviços na ACCG, de acordo com o PCMSO supracitado.

7.1.3.7 OS – Ordem de Serviço será obrigatório por parte do empregador das terceirizadas repassar as cópias assinadas para o SET. □ Ficha de EPI – Equipamento de Proteção Individual, as terceirizadas serão responsáveis pelo fornecimento dos EPI's aos funcionários dela, e terá que repassar para o SET, a cópia do(s) treinamento(s) e da entrega dos EPIs.

7.1.3.8 Certificado NR-10 As empresas que forem realizar serviços com eletricidade será obrigatório à apresentação da copia do certificado de curso de NR-10.

7.1.3.9 Certificado NR-12 As empresas que necessitar do uso de maquinas e equipamentos será obrigatório à apresentação com copia do curso de NR12 e a adequação das máquinas e equipamentos.

7.1.3.10 NR-33 Espaço Confinado, as empresas que forem realizar serviços em espaços confinados deverá obedecer aos parâmetros abordados da norma. Espaço confinado é todo espaço que não foi dimensionado para ocupação humana, como por exemplo: caixas d'água, buracos, sótão, vão de forro com telhado e etc.

7.1.3.11 NR-35 Trabalho em Altura, as atividades que necessitar de trabalho em altura será obrigatório o cumprimento de todos os itens abordados na norma.

7.1.3.12 Contrato de trabalho.

7.1.3.13 Carteira de trabalho – CTPS.

7.1.3.14 Cartão de vacina atualizado: Febre Amarela, Dupla Adulta (antitetânica), Tríplice Viral, Hepatite B e Influenza.

7.1.3.15 1 (um) Foto ¾ para a confecção do crachá de funcional.

VIII – DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta de preços deverá ser elaborada em língua portuguesa e moeda nacional, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa, contendo nome, endereço e CNPJ da proponente, data, o número desta Cotação e indicação da validade da proposta, rubricada em todas as folhas e assinada na última, por pessoa legalmente habilitada e as seguintes informações:

8.1.1 Descrição do(s) materiais médicos(s) cotado(s) de forma correta e clara, identificando todos os itens do termo de referência;

8.1.2 Oferta objetiva e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

8.1.3 Validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

IX – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Cumpre à Gerência de Suprimentos a condução dos trabalhos, podendo convocar empregados da ACCG para contribuir com o processo de julgamento das propostas, ou mesmo, solicitar a contratação de parecerista.

9.2. Recebidos os documentos de habilitação e proposta, nenhum outro será aceito.

9.3 As propostas serão analisadas e aprovadas pelo responsável técnico indicado pela ACCG, com o objetivo da contratação de serviços que atenda às necessidades da Instituição.

9.4. A condição de contratação não se vincula ao menor preço, podendo a administração da ACCG convidar as empresas selecionadas a apresentarem nova proposta de preços, independente de negociações ulteriores com o objetivo de melhorar as condições de contratação.

9.4.1. Os proponentes que ofertarem desconto, em hipótese alguma, poderão alterar o escopo da proposta já apresentada e habilitada tecnicamente.

9.5. A empresa vencedora será convocada para assinar o contrato/ordem de compras, devendo fazê-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogáveis por igual período se devidamente justificado, contados de sua comunicação, sob pena de desistência tácita.

9.6 Será declarada vencedora a empresa CLASSIFICADA que orçar o menor preço.

9.5.1. Caracterizada a desistência tácita a ACCG procederá ao chamamento da empresa classificada com o menor preço subsequente.

X – DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento relativo à prestação de serviço o objeto da presente cotação de preços, será efetuado, até 30 dias após a entrega da nota fiscal de serviço.

10.2 A empresa deverá mencionar na respectiva nota fiscal/fatura informações sobre o serviço. Na nota fiscal/fatura deverá constar ainda o número do contrato/ordem de compra de fornecimento, o número da presente cotação de preços.

XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A ACCG se reserva o direito de revogar a presente Cotação, por sua exclusiva conveniência, a qualquer tempo, antes da assinatura do contrato/ordem de compra, sem que caiba a qualquer proponente o direito de exigir compensação pecuniária ou

indenização.

11.2. A ACCG se exime de qualquer responsabilidade imposta a qualquer das proponentes, em razão de danos pessoais, materiais ou morais produzidos em razão da presente Cotação ou em decorrência do cumprimento do contrato/ordem de compras.

11.3. A contratada se responsabilizará por qualquer dano, inclusive ambiental produzido, por culpa ou dolo de seus prepostos, contratados ou subcontratados, respondendo pelos reparos e penalidades estipuladas em lei.

11.4. A participação das proponentes, ofertando proposta de preços, implica na aceitação integral e incondicional dos termos da presente Cotação, condições do ato convocatório, com seus anexos e instruções.

XII – DO FORO

12.1. Para dirimir as questões relativas à presente Cotação e seus anexos, elege-se como foro competente o de Goiânia-GO, com exclusão de qualquer outro, quando não puder ser sanado pela Gerência de Suprimentos da ACCG.

Goiânia, 28 de agosto 2023.

Matheus Silva
Analista de Compras

ANEXO I.

DETALHAMENTO DE ATIVIDADES

Compete a CONTRATADA entre outras, exercer as seguintes atividades abaixo discriminadas:

- I. A empresa deverá realizar o processo de análise e limpeza de água e reservatórios da instituição forma semestral, conforme cronograma de execução das atividades.
- II. A prestação de serviços de análise e limpeza de água deverá cumprir os seguintes pontos:

HOSPITAL ARAÚJO JORGE

Setor de Esterilização de Materiais, Expurgo;
Setor de Centro Cirúrgico; UTI; P2 corredor;
Setor de Nutrição de Produção, Enteral;
Setor de Patologia Clínica;
Reservatório inferior do Hospital Araújo Jorge;

CENTRO MÉDICO AMBULATORIAL

Setor de Endoscopia; sala de Limpeza;
Setor de Hemoterapia (TÉRREO);
Setor de Hemoterapia (1º andar);
Reservatório Inferior do CMA;

PRÉDIO QUIMIOTERAPIA E ONCOLOGIA

Setor de Quimioterapia; Posto;
Reservatório inferior da Quimioterapia;

PRÉDIO FILHINHA NOGUEIRA

Reservatório do Prédio Filhinha Nogueira;
Torneira Hemoterapia;

- III. As atividades executadas devem atender os serviços de **Análise Físicos Químicos**: Aspecto, Depósito, Odor, Turbidez, Cor Aparente, pH a 25°C, Alcalinidade Total, Alcalinidade de Bicarbonatos, Alcalinidade de Carbonatos, Alcalinidade de Hidróxidos, Ferro Total, Dureza Total, Cloretos, Condutividade Elétrica a 25°C, Sólidos Totais Dissolvidos, Cloro Residual Livre. Exame Bacteriológico: Contagem de Bactérias Heterotróficas, Índice de Coliformes Totais e Escherichia Coli.